

## 6

### Derivando sentenças com verbos meteorológicos no MINC

Tendo em vista os resultados experimentais reportados anteriormente, que sugerem estar o PB apresentando, em sua gramática, a possibilidade de verbos meteorológicos no plural em concordância com um antecedente de natureza locativa/temporal, discutiremos brevemente, neste capítulo, a incorporação de mecanismos de análises minimalistas, em especial para o caso das diversas análises de orações relativas, a modelos de processamento *on-line*, nos moldes do que vem sendo feito pelos pesquisadores do LAPAL. Para tanto, assumiremos o *Modelo Integrado da Computação On-Line* (MINC<sup>65</sup>) proposto inicialmente por Corrêa & Augusto (2007).

Neste capítulo, inicialmente apresentaremos o *Modelo Integrado da Computação On-Line*, mostrando como se daria uma derivação de uma sentença simples segundo este modelo. Em seguida, discutiremos a derivação de orações relativas cortadoras com verbos meteorológicos na produção e na compreensão<sup>66</sup>. Por fim, abordaremos o modo como os lapsos de concordância podem ser explicados à luz do MINC, a partir de Rodrigues, Corrêa & Augusto (2008), numa incorporação do modelo de *Produção Monitorada por Parser* (PMP), proposto por Rodrigues (2006) e como eles explicariam os verbos meteorológicos plurais em relativas padrão.

---

65 O nome (e a sigla) do modelo sofreram algumas alterações ao longo das publicações das autoras. Adotamos, aqui, o nome e a sigla presentes no artigo mais recentemente publicado: Corrêa, Augusto & Forster, 2012.

66 A proposta que apresentamos neste capítulo é uma abordagem inicial das possibilidades de derivação, no MINC, de sentenças relativas com verbos meteorológicos no PB. Conforme será apresentado nas subseções que se seguem, algumas possibilidades alternativas são apontadas, cujos aspectos positivos ou negativos ainda não puderam ser satisfatoriamente ponderados. Trata-se, portanto, de uma proposta de caráter exploratório.

## 6.1.

### Modelo Integrado da Computação *On-Line* (MINC)

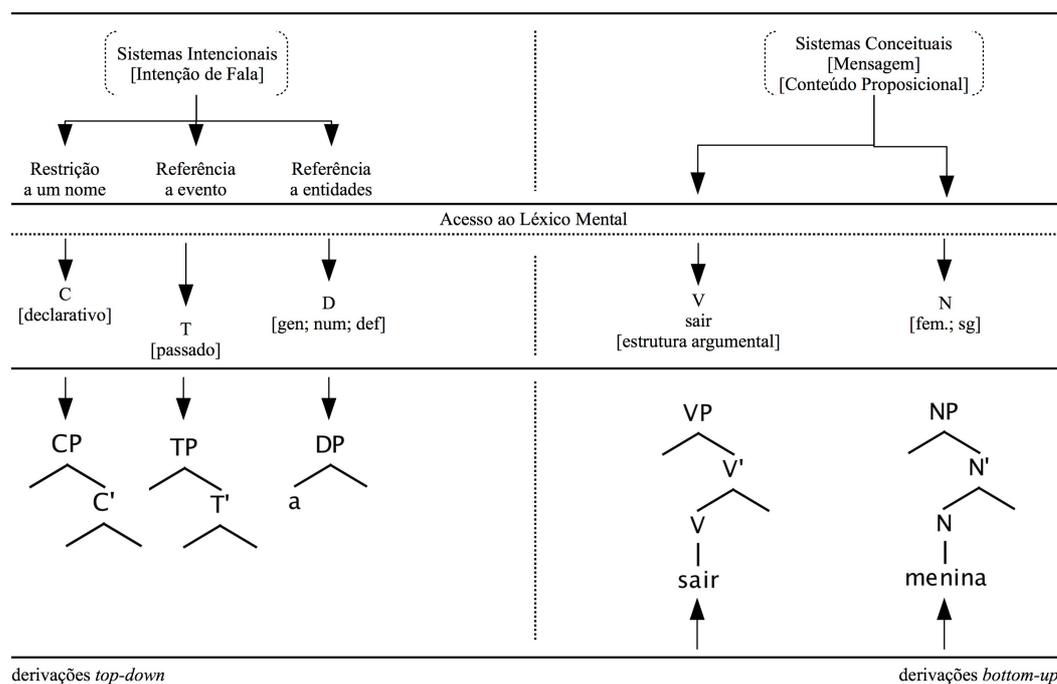
Corrêa & Augusto (2007) buscam articular uma teoria linguística nos moldes do minimalismo a um modelo de geração de sentenças que tenha realidade psicológica. Essa aproximação se mostra promissora porque, a partir do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), a derivação de sentenças passou a ser vista – coincidentemente ou não (*cf.* nota 14 em Corrêa, 2005) –, dentre outros aspectos, como sendo informada pelos traços formais apresentados pelos elementos do léxico, da mesma forma como o *formulador sintático*, numa visão procedimental, tem de construir a sentença a partir de elementos acessados no léxico mental. Além disso, haveria semelhanças entre aspectos dos modelos procedimentais e aspectos do modo como é postulada a derivação de sentenças no minimalismo<sup>67</sup>. Nesse modelo de língua, o resultado da computação sintática, por exemplo, seria visto como um produto binário ( $\pi$  e  $\lambda$ ), relacionados à Forma Fonética e à Forma Lógica, respectivamente, e associados aos níveis de interface. Nos modelos procedimentais, por sua vez, (i) o produto de um *formulador sintático* seria a informação “sonora” a ser posteriormente encaminhada à articulação, equivalente, portanto, ao produto  $\pi$  da derivação linguística; e (ii) o produto de um *parser* seria a informação a ser “compreendida”, equivalente ao produto  $\lambda$  da derivação linguística. Esses e outros aspectos seriam fatores facilitadores da aproximação entre modelos procedimentais e o modelo de derivação gerativista.

Há, porém, segundo Corrêa (2005, 2008) e Corrêa & Augusto (2007), pelo menos dois grandes problemas para essa integração, a saber: (i) a direcionalidade da derivação, que é *bottom-up* no modelo gerativista, mas *top-down*, ou seja, da esquerda para a direita, nos modelos procedimentais; e (ii) a realidade psicológica dos movimentos sintáticos e seus custos de processamento.

Corrêa & Augusto (2007) contornam o problema da direcionalidade a partir da distinção entre *sistemas conceituais* e *sistemas intencionais*. Segundo elas, os primeiros poderiam ser associados aos traços semânticos e formais das *categorias lexicais*, enquanto os segundos poderiam estar ligados aos traços semânticos e formais das *categorias funcionais*. Desse modo, seria possível conceber um

67 Para uma discussão detalhada, *cf.* Corrêa, 2005, 2008, sobretudo, neste último texto, os Quadros 1 e 2, pp. 252-253.

modelo de *direcionalidade mista* em que o acesso aos traços das categorias funcionais dispararia uma derivação *top-down* de categorias funcionais (CP, TP e DP) e o acesso aos traços das categorias lexicais iniciaria uma derivação *bottom-up*, conforme representação esquemática abaixo, baseada na Figura 1 de Corrêa, 2008: 168.



**Figura 5:** Representação esquemática da direcionalidade mista da derivação.

Quanto ao problema da realidade psicológica dos movimentos sintáticos, Corrêa (2005) sugere que esse problema pode ser contornado pela distinção entre dois tipos diferentes de movimentos. Os movimentos que são feitos para se garantir a ordem canônica da língua – já que, seguindo Kayne (1994), haveria uma ordem universal especificador/núcleo/complementos – seriam garantidos pela fixação de parâmetros, de modo que não demandassem quaisquer custos procedimentais. Por outro lado, movimentos realizados a fim de atender a determinadas demandas de uso, como movimento em interrogativas, relativas e estruturas de tópico, deveriam ter um custo procedimental. Com isso, as autoras conseguem contornar os dois principais problemas ligados à integração entre derivação formal segundo a teoria linguística e modelo de derivação de sentenças em tempo real.

### 6.1.1.

#### A formulação sintática segundo o MINC

Tendo feito a aproximação vista acima, as autoras propõem um mecanismo de geração de sentenças que faz uso de dois recursos formais: (i) *espaços derivacionais paralelos*, para dar conta da direcionalidade mista, ou seja, um espaço para a derivação *top-down* e outro para a derivação *bottom-up*, conforme ilustrado na figura acima; e (ii) *cópias simultâneas e sequenciadas*, para dar conta da distinção entre os movimentos sintáticos. As primeiras seriam aquelas em que o próprio estado de ativação de um item na memória de trabalho permitiria que este fosse usado em diferentes lugares da estrutura hierárquica sem qualquer custo adicional. As segundas, por sua vez, seriam aquelas em que, a cada uso do item na estrutura, ele deveria ser novamente ativado na memória de trabalho, gerando, portanto, custo computacional.

Imaginemos a derivação de uma sentença simples como *O João beijou a Maria*. Para uma sentença desse tipo, deveriam ser codificados linguisticamente: (i) a intenção de produção de uma sentença com força ilocucionária declarativa; (ii) a intenção de se fazer referência a duas entidades (*João e Maria*); e (iii) a intenção de se fazer referência a um evento (*beijar*), ocorrido em determinado tempo (*passado*). Essas intenções de fala levariam à derivação *top-down* de um CP, de dois DPs e de um TP. Em paralelo a essa derivação, os indivíduos (*João e Maria*) seriam conceptualizados em elementos nominais e o evento (*beijar*), em um elemento verbal (Figura 6).

O verbo (*beijar*) requer um complemento e a ele é acoplado um dos DPs disponíveis, que poderá ser completado com um N, seu complemento, nesse momento ou em momento posterior<sup>68</sup>. Como *beijar* é um verbo agentivo, desdobra-se na sua parte vP, que é compatível com os critérios de *c-seleção* de T. Desse modo, as derivações que ocorrem em espaços paralelos podem ser unificadas. O vP é, então, acoplado como complemento de T (Figura 7).

Após essa acoplagem, temos que tanto vP quanto o traço EPP em T requerem o acoplamento do DP restante. Como o movimento do DP de [Spec, vP]

68 Neste ponto, destacamos a nota 16 de Corrêa & Augusto (2007). Segundo as autoras, o momento de acoplagem dos NPs aos DPs é algo ainda a ser investigado, podendo se dar tanto no início do processo quanto ao final dele. Assumiremos, para as ilustrações desta derivação, que isso ocorrerá o quanto antes.

para [Spec, TP] é feito, no português, para garantir a ordem canônica da língua, esse é um movimento sem custo. São ativadas, portanto, *cópias simultâneas* do DP tanto no [Spec, vP] quanto no [Spec, TP] (Figura 8).

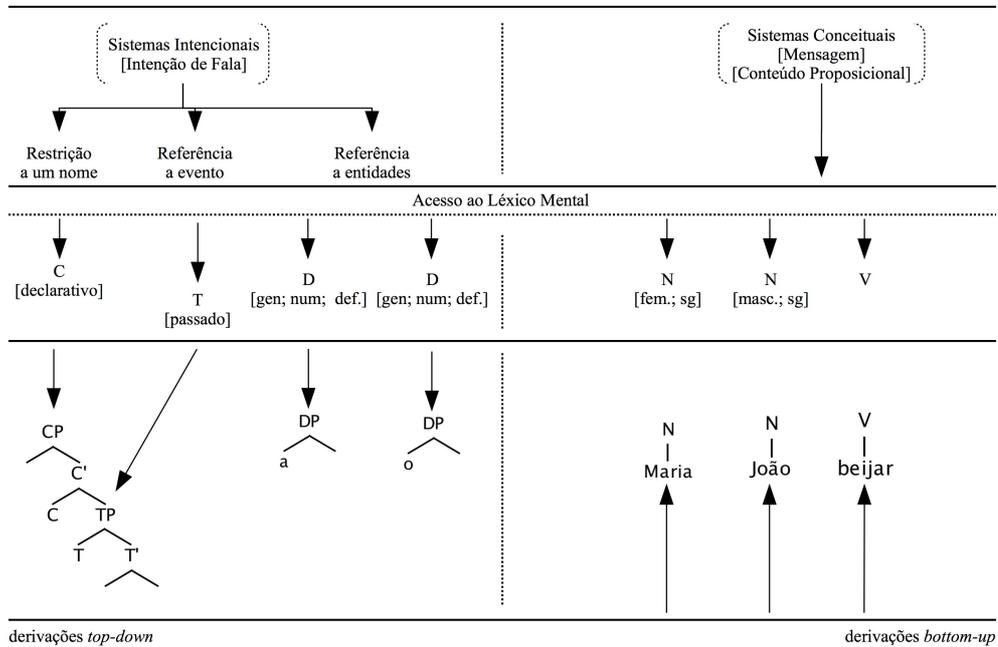


Figura 6: Representação esquemática de derivação: exemplo 1.

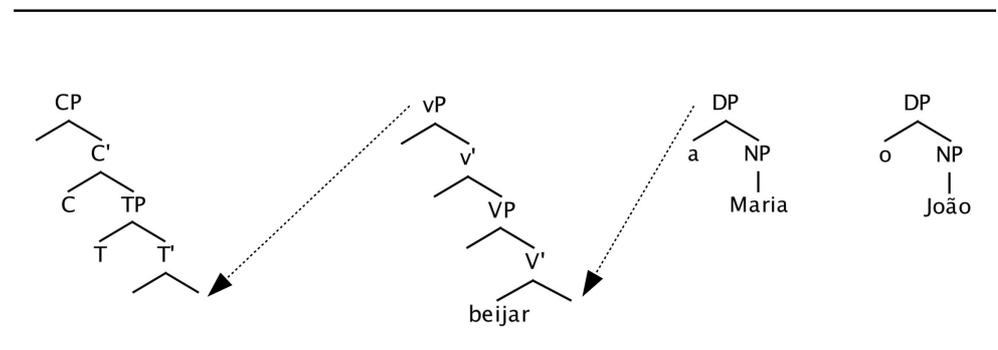


Figura 7: Representação esquemática de derivação: exemplo 2.

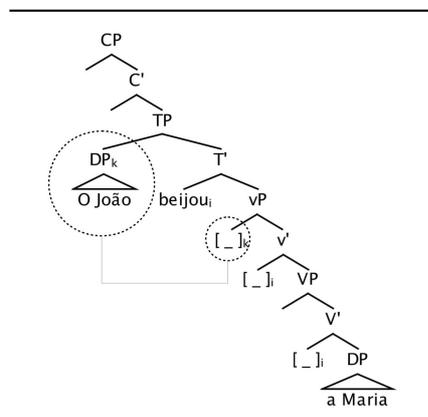


Figura 8: Representação esquemática de derivação: exemplo 3.

Por fim, se os elementos de natureza nominal ainda mantidos no espaço paralelo não tiverem sido acoplados aos respectivos determinantes, têm de complementá-los nesta etapa. Está feita, portanto, a derivação da estrutura hierárquica da sentença, que agora será encaminhada para a atribuição de marcas morfofonológicas e, então, vai ao *articulador* a fim de ser pronunciada.

## 6.2.

### Derivando relativas com verbos meteorológicos no MINC

Tendo sido apresentados os pressupostos do MINC e exemplificada a derivação de uma sentença simples, iremos, seguindo os apontamentos em Augusto, Corrêa & Forster (2012), discutir como podem ser feitas as derivações para as orações relativas padrão e não padrão com verbos meteorológicos plurais no MINC. Os autores adotam uma derivação da relativa em que o CP se adjunge a um NP, o que corresponde à proposta de Hornstein (2001)<sup>69</sup> para a geração de relativas pela análise *Raising*<sup>70</sup>. Assumiremos que, para o caso de meteorológicos plurais em relativas cortadoras, tanto a análise proposta por Avelar & Galves (2011) quanto aquela proposta por Munhoz & Naves (2010, 2012) (*cf.* discussão no capítulo 4) podem ser incorporadas à derivação. À luz de Rodrigues, Corrêa & Augusto (2008) (*cf.* discussão mais a frente, neste capítulo) vamos assumir, devido aos resultados obtidos com o experimento de produção apresentado no capítulo 3, que verbos meteorológicos plurais em relativas padrão são um caso de lapso de concordância a serem explicados por uma interferência no processo de

69 Hornstein (2001) aponta algumas evidências interessantes para a adoção de tal estrutura. Estas indicam, por um lado, que é necessário que o complexo NP + CP possa formar um constituinte (como em (i) em que esse complexo é retomado pelo pronomine “one”) e, por outro, que o CP possa ser independente do NP (como em (iib) em que somente o CP é extraposto). A análise proposta, em que o CP está adjunto ao NP, é compatível com ambos exemplos. Na análise original de Kayne, não há como permitir que o CP se mova sem carregar o NP, já que este se encontra interno ao DP que está adjunto ao CP:

(i) John saw this [<sub>NP</sub> man [<sub>CP</sub> that Frank photographed] and Bill saw that one.

(ii) a. Several [<sub>NP</sub> men [<sub>CP</sub> who Bill knew arrived.

b. Several [<sub>NP</sub> men] arrived [<sub>CP</sub> who Bill knew.

70 Resultados experimentais (Corrêa et al., 2008, 2012; Corrêa, Augusto & Marcilese, 2009; Augusto, Corrêa & Marcilese, 2012) têm sugerido que diferentes estratégias de relativização (*cf.* discussão sobre as estratégias de relativização no capítulo 4 desta dissertação) refletiriam diferentes condições de planejamento durante a produção das sentenças. Sendo assim, Corrêa et al. (2008) propõem que a *Raising Analysis* estaria associada a uma condição de planejamento total (*Fully Planned Condition*) e que a *Matching Analysis*, por sua vez, deveria ser associada a uma condição de planejamento parcial (*Partially Planned Condition*).

verificação do número do verbo por um *parser monitorador*, em um momento posterior ao da codificação gramatical. Tanto para a compreensão como para a produção, assumiremos a *Raising Analysis* com a modificação proposta por Hornstein (2001).

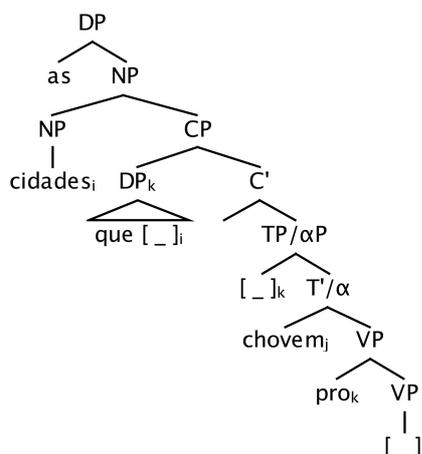
### 6.2.1.

#### Derivando uma relativa cortadora com verbo meteorológico plural – Produção

Façamos, então, a derivação de uma sentença como (91), abaixo.

(91) As cidades que chovem

(2)



Um DP (DP<sub>1</sub>)<sup>71</sup>, cujo núcleo é o artigo definido inicial da sentença, é gerado *top-down* e um NP é gerado *bottom-up* (*cidades*). Como há a intenção de se fazer uma restrição ao nome, um CP é também gerado de forma *top-down*, em espaço derivacional paralelo, marcado com traço relativo, e seguido de um TP, que codifica a referência a um evento situado no tempo<sup>72</sup>.

71 Para facilitar a compreensão do leitor, marcaremos cada um dos DPs da sentença com índices numéricos nas ilustrações esquemáticas que se seguem.

72 Na representação esquemática abaixo, incluímos, ao lado do TP, a referência a  $\alpha P$ , conforme discussão promovida no capítulo 4. Se esta é a categoria destinada ao tópico, deveria ser gerada devido a uma intenção de marcar discursivamente um elemento como tópico. Se essa intenção está disponível inicialmente ou apenas quando há a necessidade de alocar o elemento na primeira posição disponível, é uma questão ainda a ser investigada.

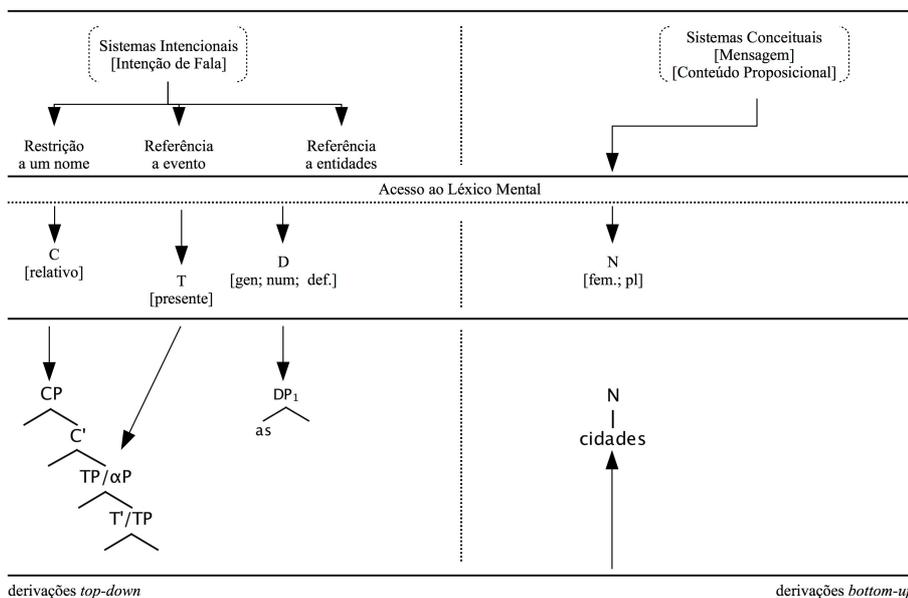


Figura 9: Representação esquemática de derivação: exemplo 4.

A adjunção de CP ao NP (o nome a ser restringido/relativizado) permite instanciar a relação de modificação sentencial e promove a geração de uma cópia do NP, a ser retomada internamente ao CP. A presença desse CP relativo permite ao *formulador* buscar na Numeração um pronome relativo “que”, que é núcleo de um DP<sub>2</sub>, derivado *top-down*, o qual, por sua vez, ativa a busca pelo nome relativizado (*ciudades*), cuja cópia é acoplada ao DP<sub>2</sub> como seu complemento.

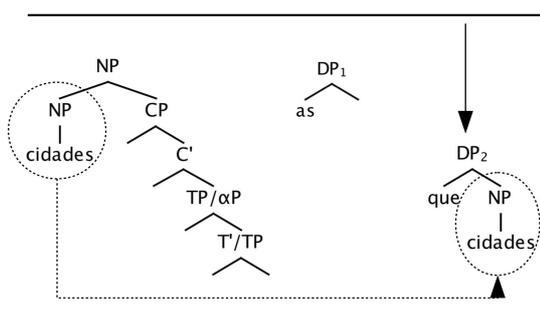


Figura 10: Representação esquemática de derivação: exemplo 5.

Como há a possibilidade, instanciada pela gramática do PB, de se gerarem relativas via tópico, o conjunto pronome relativo + nome relativizado (DP<sub>2</sub>) pode, então, ser acoplado em [Spec, CP] para satisfazer o C relativo, e ser tomado como o tópico, o que leva à geração de uma cópia do conjunto (elemento dentro do círculo, na representação) e de um *pro* (Kato, 1998) ao qual o tópico será

coindexado.

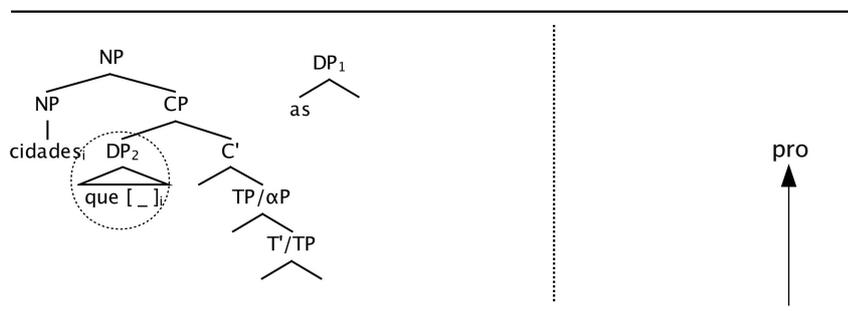


Figura 11: Representação esquemática de derivação: exemplo 6.

Essa cópia pode ser descarregada em uma posição do tipo DE (Kato & Nunes, 2009),  $\alpha P$  (Munhoz & Naves, 2010, 2012) ou mesmo [Spec, TP] (Avelar & Galves, 2011) cujo núcleo seja  $\phi$ -independente<sup>73</sup>. O elemento resumptivo, *pro* ou pronome, permanece em espaço derivacional paralelo. O verbo, como categoria lexical, é gerado de modo *bottom-up* também em espaço derivacional paralelo. A possibilidade de o verbo meteorológico admitir um *quasi*-argumento permite que o *pro* seja a ele adjungido. A marca temporal já definida deve ser ao verbo associada, o que permite que o VP se acople ao TP, gerando uma cópia na posição de núcleo de TP.

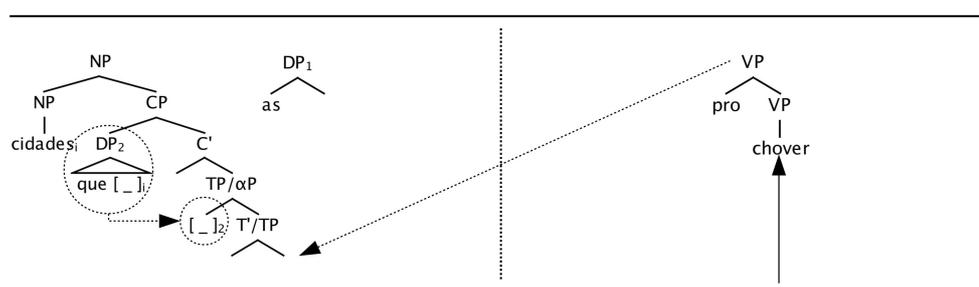


Figura 12: Representação esquemática de derivação: exemplo 7.

Como os traços  $\phi$  de C são transferidos para T/ $\alpha$ , os traços do verbo em T serão valorados contra os da cópia do DP alocada no especificador de T/ $\alpha$ <sup>74</sup>. O DP

73 Assumimos, aqui, como discutido no capítulo 4, que a Numeração, nesta derivação, não contém um *pro* expletivo. Retomaremos a essa questão quando abordarmos as relativas cortadoras com verbos no singular.

74 Observe-se que, na proposta de Avelar & Galves (2011), uma derivação *bottom-up*, a acoplagem de TP como complemento de CP só ocorre quando o DP já ocupa [Spec, TP]. Só então os traços não checados de C são transferidos para T, sendo checados contra os traços do

complexo é então fechado, uma vez realizada a acoplagem, como seu complemento, do NP com o CP em adjunção.<sup>75</sup>

O resultado dessa codificação gramatical é uma estrutura como a apresentada em (2), acima. Como discutido anteriormente, aqui a concordância no plural se daria no componente sintático, não havendo necessidade de se postular quaisquer procedimentos posteriores para explicá-la.

Em termos da incrementalidade do processo, pode-se assumir a transferência por *fases*, como discutido em Augusto, Corrêa & Forster (2012), que as implementam, no modelo, de modo *top-down*. Assumindo-se que DP seja *fase*, sua borda (o determinante *as*) é o primeiro elemento a ser *spelled-out*. Como CP também é *fase*, sua borda (o especificador que hospeda o pronome relativo e a cópia do NP) assim como o NP ao qual o CP se adjunge também podem ser encaminhados às interfaces. Esse envio captura o fato empírico de pausas, na fala espontânea, ocorrerem, frequentemente, nas relativas, após o pronome relativo (v.g. *As cidades que... que... que visitei com minha mãe*)<sup>76</sup>. Por fim, como não está sendo considerado um vP em derivações de verbos meteorológicos, o restante da sentença, que inclui o verbo, sofre *spell-out*.

### 6.2.3.

#### **Derivando uma relativa cortadora com verbo meteorológico plural – Compreensão**

Para a compreensão, a derivação segue a mesma ideia da produção, mas o processo é ligeiramente distinto. Tomemos, novamente, a sentença (1), repetida

---

DP aí disponível. Em uma derivação *top-down*, por outro lado, essa transferência, a princípio, deveria ocorrer no momento da acoplagem, o que seria em momento anterior à disponibilização do DP em [Spec, TP], sugerindo que a proposta de Avelar & Galves (2011) talvez não fosse a mais adequada para uma compatibilização com o MINC. Isso seria possível, porém, se assumirmos que os traços de C só podem ser transferidos para T quando há efetivamente um elemento disponível para a checagem de traços. Na derivação *top-down* aqui postulada, isso só ocorre quando a cópia do DP é alocada em [Spec, TP] e a cópia do verbo em T. A possibilidade da proposta de Avelar & Galves (2011), então, se mantém.

75 Uma alternativa a ser considerada, em relação ao momento de acoplamento do NP ao DP inicial (DP<sub>1</sub>) é aquela em que isso ocorre não no final do processo de derivação do CP, mas assim que o N é gerado. Nessa possibilidade, o NP é concatenado como complemento de D e, devido à intenção de fala de se fazer restrição ao nome, um CP de caráter relativo é a ele adjungido.

76 Destaque-se que, na produção, esse conjunto pode formar uma unidade prosódica, refletindo os efeitos da liberação de elementos por fases, noção que contribuiria para uma visão de que o mapeamento sintaxe/domínios prosódicos se assentaria fortemente sobre informações estruturais, um tema em debate (Nespor & Vogel, 1996; Guimarães, 1998; Augusto, 2000).

abaixo como (92), cuja estrutura já foi dada em (91), acima.

(92) As cidades que chovem

Nesse caso, o ouvinte ouve o conjunto formado pelo determinante (*as*) e pelo nome (*cidades*) seguido do pronome relativo (*que*). Isso leva à projeção de um DP<sub>1</sub>, cujo núcleo é o determinante (*as*). Esse DP toma como complemento um NP (*cidades*) ao qual se adjunge o CP relativo, assim processado devido à presença do *que*, identificado como um pronome relativo e não um complementizador. O pronome relativo *que*, seguido de uma cópia do nome (cópia essa exigida como complemento do *que*, em DP<sub>2</sub>) é acoplado em Spec, CP. Como essa posição sinaliza ao *parser* que esse elemento deverá ser retomado em uma posição estrutural relacionada ao predicador principal da oração relativa, uma cópia desse DP é gerada, ou seja, esse elemento se mantém ativo até que sua posição estrutural na relativa (o *gap*) seja identificada. A estratégia *default* do *parser* é descarregar as cópias o quanto antes. Nesse caso, a primeira posição disponível seria [Spec, TP]/αP/DE, seja para a identificação de uma relativa de sujeito, seja como uma relativa gerada via tópico, possibilidades a serem contempladas preferencialmente pelo *parser*, dadas questões de custo computacional e a possibilidade instanciada pela gramática do PB.

Ao ouvir o verbo flexionado no plural (*chovem*), este é posicionado como núcleo de T na estrutura sintática do CP, sendo seus traços compatíveis com os da cópia do DP na posição de tópico. Desse modo, não seria necessária nem mesmo a assunção da presença de um *pro expletivo*. A presença do verbo leva ainda à geração de um VP, ao qual se pode prever a adjunção de um pronome nulo que retoma o tópico.

Um dado que ainda nos falta abordar é o caso dos verbos meteorológicos plurais em orações relativas padrão, que dissemos ser um caso de lapso de concordância. Para tanto, abordaremos, na próxima seção, os lapsos de concordância segundo o MINC e discutiremos a derivação de uma relativa padrão em que tais lapsos ocorrem, propondo uma explicação de por que motivos ocorreriam.

### 6.3

#### Lapsos de concordância segundo o MINC

Nesse ponto, podemos, discutir como se daria a emergência de lapsos de concordância segundo o MINC. Para tanto, seguiremos, em linhas gerais, o que é proposto em Rodrigues, Corrêa & Augusto (2008), artigo no qual se busca realizar uma integração entre o modelo de *Produção Monitora por Parser* (Rodrigues, 2006), já delineado no capítulo 2, e o *Modelo Integrado da Computação On-Line*, aqui apresentado.

É preciso destacar que a integração entre os modelos PMP e MINC se faz produtiva porque ambos são, de certa maneira, complementares. Enquanto o modelo PMP não se preocupa em explicitar os passos da derivação e nada diz sobre sua direcionalidade, o MINC define claramente estes aspectos. Por outro lado, o MINC não traz qualquer informação sobre o processo de monitoramento concomitante por parte de um *parser monitorador*, elemento que parece ser interessante para explicar os lapsos de concordância que ocorrem no processo de produção de sentenças.

Tendo em vista tais questões, Rodrigues, Corrêa & Augusto (2008) propõem a derivação de sentenças como vista acima, no MINC, assumindo, para isso, um *parser monitorador* que atue concomitantemente à derivação das sentenças. Sendo assim, para uma sentença simples, por exemplo, quando do acoplamento das *cópias simultâneas* do DP sujeito a [Spec, vP] e [Spec, TP], haveria a checagem dos traços  $\phi$  de T contra os traços  $\phi$  do DP em questão. Esse DP seria, então, liberado para codificação morfofonológica, sendo inspecionado pelo *parser monitorador*, que o tomaria como sujeito da sentença e anteciparia os traços do verbo com base nos traços desse elemento. Novamente, se esse é um DP complexo, valores marcados e/ou esvaecimento da representação do núcleo do sujeito levariam à antecipação do número do verbo com base no número do DP interveniente. Um lapso, então, poderia emergir. No caso das orações relativas padrão, do mesmo modo, o lapso também poderia surgir devido a uma atuação de um *parser monitorador* em momento posterior ao sintático. Para que isso fique explícito, todavia, é preciso discutir, mesmo que brevemente, a geração de relativas deste tipo neste modelo, o que faremos no próximo item.

## 6.3.1.

**Derivando uma relativa padrão com verbo meteorológico plural na produção – o caso dos lapsos de concordância**

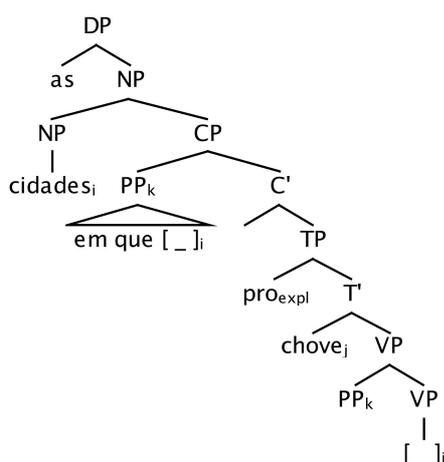
Como sugerem os resultados experimentais, no caso das orações relativas padrão, a gramática da língua não permitiria a concordância, de modo que, quando há um verbo meteorológico plural nessas sentenças, provavelmente estamos diante de um lapso de concordância. Tomemos uma sentença como (93), cuja representação é dada em (94).

(93) As cidades em que chove {m}.

Destacamos que, como a marca de concordância em (93) não reflete uma concordância gramatical efetiva, realizada no componente sintático da derivação, mas sim um lapso advindo de um momento posterior, decidimos assinalar a marca de plural entre chaves.

Para produzir uma sentença como essa, assumimos que o falante parte de uma intenção de fala em que se deseja distinguir entre dois ou mais referentes discursivos. Assumimos a estrutura em (94).

(94)



De forma muito semelhante ao que foi postulado para as relativas cortadoras, a derivação se iniciaria da seguinte maneira: a partir da intenção de fala, gera-se, de maneira *top-down*, um DP (nucleado pelo determinante *as*). Uma

vez que a intenção de fala é a de restringir entre possíveis referentes com uma sentença, são gerados, também, um NP, de forma *bottom-up*, e um CP relativo, seguido de um TP, ambos de forma *top-down*. O CP se adjunge ao NP para garantir a relação de modificação, o que promove a geração de uma cópia do NP, a ser retomada internamente ao CP.

Diante de um CP do tipo relativo, há a necessidade de um pronome relativo “que”, que é gerado de maneira *top-down*, em um espaço derivacional paralelo. Por ser um pronome relativo, há a necessidade do acoplamento da cópia do nome relativizado como seu complemento. Todo esse processo é muito semelhante ao que acontece com as relativas cortadoras, ilustrado nas imagens acima. Nesse caso, no entanto, em que não se adota a estratégia cortadora, não há a concepção de um tópico, logo, busca-se estabelecer algum tipo de relação entre o conjunto pronome relativo *que* + N e os predicadores conceptualizados, ou seja, esse conjunto é mantido ativo até ser integrado na posição de *gap* da oração relativa. Há a geração do verbo meteorológico, de maneira *bottom-up*. Se, nesse caso, estamos realmente diante de um verbo que pede um *quasi*-argumento, um PP seria gerado, em adjunção a VP, para satisfazer esse requerimento do verbo. A preposição precisa, então, de um complemento. O DP com o pronome relativo (DP<sub>2</sub>) satisfaz essa necessidade e é acoplado a ela.

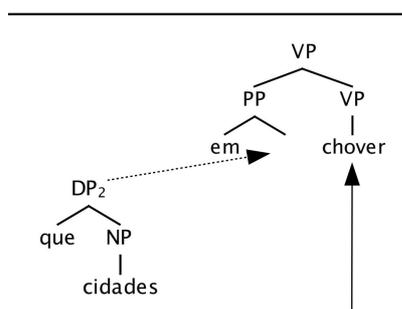


Figura 13: Representação esquemática de derivação: exemplo 8.

Como o verbo não é causativo e não precisa se desdobrar em uma camada agentiva vP, as derivações realizadas em espaços paralelos podem então ser compatibilizadas. Há, então, algumas exigências do complexo CP/TP, que precisam ser satisfeitas. T exige a subida do verbo, assim como o traço EPP em T exige a presença de um elemento em seu especificador. Um *pro* expletivo é

buscado da Numeração e acoplado em [Spec, TP] e os traços  $\phi$  não checados transferidos de C podem ser, então, checados. Como o elemento em [Spec, TP] é um *pro expletivo*, realiza-se a concordância com esse elemento singular.

No caso de CP, conceptualizado como um modificador do N, marcado como relativo, há a necessidade de se abrigar um elemento relativo em seu especificador. O pronome relativo disponível no interior do PP pode satisfazer essa condição, via movimento. Como PB não admite preposição-orfã, uma cópia de todo PP [em [que [cidades]]] deve ser aí acoplada. Satisfeitos todos os requerimentos, o NP é acoplado ao DP inicial, o qual pode, então, ser fechado, de modo que a relativa modifica/restringe o nome. O resultado é uma estrutura como aquela mostrada em (94), acima.

Sintaticamente, portanto, essa é uma sentença em que o verbo concorda com o *pro expletivo* e deveria permanecer no singular. O fato de ele estar no plural poderia ser relacionado, então, a um lapso de concordância em momento posterior. De acordo com a discussão feita anteriormente, sobre a incorporação do modelo PMP (Rodrigues, 2006) ao MINC, seria necessário, para que isso acontecesse, a atuação de um *parser monitorador*. Esse *parser*, como vimos, atuaria concomitantemente à codificação gramatical, verificando a produção desta. O surgimento do erro se daria da seguinte forma: após a formulação sintática e o estabelecimento da concordância do verbo com o *pro expletivo*, os primeiros elementos a serem encaminhados à codificação morfofonológica são a borda do DP<sub>1</sub> (o determinante *as*) e a borda do CP (o conjunto *cidades em que*). Durante a codificação morfofonológica, o *parser monitorador* construirá um marcador sintagmático para esses elementos e registrará a marca de número deles, presente tanto no DP inicial (*as*) quanto no nome (*cidades*). O *parser*, também, diante de um elemento relativo, irá manter esse conjunto ativo para que possa ser adequadamente descarregado no *gap* da oração. Como há a presença da preposição, não há qualquer possibilidade de o *parser* antecipar uma relativa de sujeito e, conseqüentemente, o número deste. O erro, então, deve ocorrer por outro motivo.

Os próximos elementos a serem enviados à codificação morfofonológica são o *pro expletivo* (elemento não pronunciado, e que, para a codificação

morfofonológica, talvez deva ser incorporado ao verbo como um morfema zero) e o próprio verbo, que possui traços de número singular. Nesse momento de encontro do verbo, pode-se postular, na linha de Badecker & Kuminiak (2007) e também de Rodrigues (2006), que o *parser* monitorador registraria o número do verbo (a partir de uma representação morfofonológica, que ainda não foi enviada para a articulação propriamente dita<sup>77</sup>) e buscaria checá-lo com o de um elemento anterior. Nesse momento, duas representações de número estariam disponíveis: a do *pro expletivo* singular e a do NP plural (*idades*). Haveria, portanto, dois elementos com valores de número distintos na memória, de modo que, em um processo de checagem/de verificação dos traços do verbo pelo *parser-monitorador*, poderia ocorrer a interferência do elemento com traço de número plural. Essa interferência poderia ter como consequência a geração de uma representação não condizente com aquela advinda da codificação gramatical. No momento, pois, de se selecionar uma forma verbal para articulação, duas alternativas poderiam estar disponíveis – uma de singular, especificada a partir de informação proveniente da codificação gramatical, e outra de plural, resultante de uma interferência do nome relativizado plural. O lapso, portanto, nessas estruturas, poderia ser decorrente não de uma falha na definição dos traços do verbo meteorológico a partir da informação enviada pela codificação gramatical, mas sim de uma falha associada à verificação dos traços do verbo pelo *parser monitorador*.

Como sugere Rodrigues (2006), questões de ativação/esvaecimento podem ser relevantes para a retomada equivocada por parte do *parser monitorador*. Isso porque, para fins do *parser*, o conjunto “idades em que” estaria sendo mantido ativo na memória para ser descarregado no *gap* da oração relativa. Esse fato pode ser um fator que afete, portanto, a retomada do valor de número adequado.

#### 6.4.

#### **Relativas cortadoras no singular e os falantes diglóticos do PB**

Nesse ponto, esperamos ter fornecido explicações adequadas para verbos

77 Na linha do que propõe Levelt (1989), está se assumindo que o *parser monitorador* poderia ter acesso à informação ainda não enviada para articulação; na proposta esboçada aqui, essa informação poderia ser uma representação resultante da codificação morfofonológica.

meteorológicos no plural tanto para as relativas cortadoras (um caso licenciado pela gramática da língua) quanto para as relativas padrão (um caso de lapso de concordância). No entanto, os dados do experimento de produção eliciada nos mostram que os falantes do PB produzem tanto relativas cortadoras com verbos no plural quanto relativas cortadoras com verbos no singular. Além disso, o experimento de julgamento de gramaticalidade nos traz a informação de que a taxa de julgamento de verbos meteorológicos no singular não difere estatisticamente da taxa de verbos meteorológicos no plural. Esses dados, então, nos deixam com um aparente paradoxo, sobretudo se considerarmos que, segundo levantamento apresentado quando da análise do experimento de produção, dissemos que um mesmo falante ora produz verbos no plural, ora no singular para os mesmos contextos sintáticos. Nosso objetivo nesta seção, portanto, é fornecer uma derivação adequada para os verbos meteorológicos no singular em relativas cortadoras segundo o MINC e propor uma explicação, na linha de Kato (2005), para essa aparente irregularidade no comportamento dos sujeitos falantes de PB.

#### **6.4.1.**

##### **Derivando uma relativa cortadora com verbo meteorológico singular na produção**

A derivação, para as sentenças com verbos no singular, segue a mesma derivação vista para as relativas cortadoras com verbos no plural. *Grosso modo*, pode-se dizer que, a partir de uma intenção de fala em que se deseja fazer referência a determinada entidade, é gerado, *top-down*, um DP e, *bottom-up*, um nome. A intenção de se restringir esse nome com uma cláusula permite a geração, *top-down*, de um CP relativo e de um TP a fim de codificar linguisticamente um evento situado no tempo. A relação de modificação ao nome é instanciada com a adjunção do CP ao NP já gerado, fazendo-se, também, a cópia do NP a ser retomada internamente ao CP. Como esse CP é do tipo relativo, gera-se, *top-down*, um pronome relativo “que”. Esta necessidade de um complemento de natureza nominal permite que a cópia do nome inicial seja então acoplada como complemento desse DP. Esse DP (pronome relativo + nome relativizado), a fim de satisfazer o traço relativo de C, pode então ser acoplado ao especificador do CP e,

já que o PB se configura como uma língua de tópico, uma cópia desse DP é realizada, gerando-se, de modo *bottom-up*, um pronome nulo que irá retomar o tópico no interior da sentença relativa. A cópia do DP, então, deverá ser descarregada em uma posição de tópico – DE, segundo Kato & Nunes (2009) ou  $\alpha$ P, Munhoz & Naves (2010, 2012). O verbo, então, é gerado de modo *bottom-up* e o pronome cópia é a ele adjungido. Como não é um verbo agentivo, as derivações realizadas em espaços paralelos podem ser unificadas, sendo o VP acoplado como complemento de TP. Nesse ponto, a necessidade de satisfação de um traço EPP em T faz com que um *pro expletivo*, disponível na Numeração, seja então gerado de modo *bottom-up* e acoplado em [Spec, TP]. Os traços  $\phi$  de C, então, que são transferidos para T, são valorados pelos traços  $\phi$  do *pro expletivo*, com o qual o verbo concorda.

A diferença, portanto, entre as duas derivações está no fato de que, nas cortadoras com verbos plural, temos uma Numeração em que não há um *pro expletivo*. Nas sentenças com verbos no singular, por outro lado, esse *pro expletivo* estaria presente. Essa possibilidade pode ser considerada tanto se assumirmos que o tópico está alocado em uma posição própria, como DE ou  $\alpha$ P, quanto se consideramos uma proposta como a de Avelar & Galves (2011), em que o tópico é alocado em [Spec, TP]. Nesse caso, como T é uma categoria  $\phi$ -independente, poderia abrigar elementos não nominativos, como o sintagma locativo/temporal, ocorrendo a concordância, e elementos que tradicionalmente ocupariam essa posição. Dito isso, ainda é preciso explicar por que um mesmo sujeito variaria entre o singular e o plural, o que faremos no próximo item.

#### 6.4.2.

#### **Verbos meteorológicos no PB e falantes diglössicos**

Como dissemos acima, no experimento de produção reportado, não houve um comportamento homogêneo por parte dos sujeitos quanto à produção de verbos meteorológicos no plural: um mesmo indivíduo ora produzia verbos no plural, ora verbos no singular. Esse tipo de dado é um problema para a teoria gerativista já que essa corrente teórica postula a marcação de parâmetros no modelo “tudo ou nada”. Como afirma Anthony Kroch com clareza, esse não é um

ponto a ser discutido dentro do paradigma gerativista. Em suas palavras:

Dados os pressupostos da gramática gerativa, a variação em sintaxe que corresponde à fixação de oposições para parâmetros sintáticos deve refletir a co-presença num falante ou numa comunidade de fala de gramáticas mutuamente incompatíveis. *Isso não é uma questão empírica, mas uma matéria de definição do conceito de parâmetro dentro da teoria.* (Kroch, 2003. grifos nossos.)

Assim, se a gramática internalizada de determinado sujeito é o que permite a ele gerar as sentenças de sua língua, seria no mínimo estranho que esse sujeito tivesse um comportamento errático num mesmo tipo de estrutura, ora utilizando aquilo que prevê a marcação paramétrica de sua gramática ora utilizando algo que não está previsto nela ou mesmo oposto àquilo que está previsto nesta gramática. No entanto, como é evidente, os sujeitos efetivamente não têm, sempre, um comportamento linguístico homogêneo. É o caso, por exemplo, da escrita culta do PB, que se distancia enormemente da língua oral coloquial. Cabe à teoria, então, tentar justificar essa habilidade de lidar com dois comportamentos linguísticos tão distantes.

No que diz respeito à natureza e aquisição dessa língua escrita, Kato (2005) propõe uma explicação que passa pelas noções de *gramática nuclear e periferia marcada* (Chomsky, 1981 *apud* Kato, 2005). Para esta autora, o falante do Português Brasileiro possuiria uma *gramática nuclear* ligada à sua língua oral, ou seja, uma gramática “virtual e idealizada” constituída pelas marcações paramétricas adequadas ao PB oral; mas também possuiria uma *periferia marcada* que acomodaria a gramática da língua escrita, aprendida na escola. Essa periferia seria justamente o aspecto da gramática internalizada que permitiria ao falante optar por escolhas que não fazem parte de sua gramática nuclear, já que nela estariam, justamente, os resquícios de sincronias passadas, as características estilísticas e a gramática da escrita.

Não entraremos em detalhes quanto à discussão apresentada por Kato (2005), mas ela chega à conclusão de que a gramática da escrita seria constituída por “fragmentos” de uma gramática formada por fixação de parâmetros. Em outras palavras, em vez de ser constituída por parâmetros, é constituída de “regras estilísticas”, que podem estar relacionadas a sincronias anteriores ou mesmo à gramática do PE, não sendo, porém, idêntica a nenhuma delas. Desse modo, o

falante letrado do PB seria um “bilingue desigual” (o termo é da autora), podendo acessar tanto a sua *gramática nuclear* quanto essa *periferia marcada*, que é mais ampla se comparada à dos falantes não letrados.

Essa formulação é necessária por que, como se sabe, os parâmetros são marcações que levam a diversos “efeitos superficiais” distintos nas línguas<sup>78</sup>. A gramática da escrita, porém, pode permitir ao falante utilizar apenas um ou outro desses “efeitos”, sem que todos os efeitos da marcação paramétrica sejam sempre instanciados. No caso da escrita do PB, isso fica claro diante, por exemplo, da posição dos clíticos. Tanto na oralidade quanto na escrita elas são a mesma, ou seja, a gramática seria uma só e preveria próclise ao verbo principal, mas na escrita existiria uma “regra estilística” que exigiria sua ênclise em início de sentença. Se a gramática da escrita fosse composta por marcação paramétrica, teria que permitir todos os “efeitos superficiais” previstos pelo parâmetro. E, como é ilustrado pelo caso dos clíticos, isso não acontece.

Pode-se pensar, a princípio, que os falantes letrados do PB – ou que pelo menos parte deles – possuiriam uma gramática inovadora que permitiria, (i) no caso dos verbos inacusativos monoargumentais, que parte do argumento interno (*cf.* discussão realizada no capítulo 4) passasse a ter a possibilidade de ser topicalizada; e que permitiu (ii), no caso dos verbos inacusativos biargumentais, que o argumento locativo passasse a ter essa possibilidade de topicalização. Tais elementos, ao serem topicalizados – sem a preposição – passaram a ocupar uma posição que pode ser acessada para a checagem dos traços  $\phi$  do verbo, no caso,  $\alpha P$ , se nos guiarmos pela análise de Munhoz & Naves (2010, 2012) que, como vimos anteriormente, parece ser, pelo menos inicialmente, a análise mais adequada para uma proposta de integração como a promovida neste capítulo. Tais verbos, portanto, como qualquer inacusativo, não apresentariam um argumento externo, mas um argumento interno que foi alçado para uma posição superior na estrutura hierárquica.

Para o caso dos verbos meteorológicos, por sua vez, algo semelhante talvez pudesse ser pensado. Tais verbos também não apresentam um argumento externo, havendo apenas um sujeito expletivo não pronunciado, que satisfaz o EPP.

78 Ver discussão no capítulo de sintaxe desta dissertação sobre o parâmetro do sujeito nulo e suas inúmeras implicações para a gramática das línguas.

Justamente por ser nulo, esse elemento comporá sentenças em que o verbo está na primeira posição, algo que não parece ser privilegiado pelo PB, como vem sendo amplamente discutido na literatura, e que, portanto, deveria ser evitado pelos falantes. Tais verbos, porém, assim como os inacusativos biargumentais, apresentam, frequentemente, um elemento de natureza locativa/temporal que talvez pudesse ocupar a posição inicial, evitando V1 e disparando a concordância com o verbo. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que a Numeração não apresente qualquer *pro expletivo*.

De maneira simplória, poderíamos pensar que os falantes com essa gramática inovadora produziram apenas verbos no plural, mas não é isso o que ocorre. No entanto, é preciso lembrar que a gramática da escrita que esses sujeitos possuem na sua *periferia marcada* é composta por uma “regra estilística” em que tais verbos ainda são impessoais, devendo permanecer flexionados na terceira pessoa do singular. Tais falantes, então, devido a essa pressão da gramática da escrita, vacilariam entre a flexão do verbo no singular e no plural. Isso parece ainda mais sensato se pensarmos que todos os participantes dos experimentos aqui reportados são falantes universitários, com pelo menos 12 anos de escolaridade.

## 6.5.

### Conclusões

Neste capítulo, apresentamos uma primeira tentativa de derivação das relativas com verbos meteorológicos do PB. Abordamos tanto o caso das sentenças cortadoras quanto o caso das sentenças padrão, destacando o modo como se daria a emergência de verbos no plural. Para as relativas cortadoras, em consonância com os resultados experimentais, abordamos, ainda, o caso das sentenças com verbos no singular. A variação intraindividual obtida com os resultados experimentais, ou seja, o fato de os mesmos sujeitos ora flexionarem verbos no plural e ora flexionarem verbos no singular, foi explicada nos termos de Kato (2005), que assume ser o desempenho linguístico dos falantes de PB informado tanto por uma gramática nuclear quanto por uma periferia marcada.